

Entre valores e decisões: como crenças de sustentabilidade influenciam a avaliação científica

/

Entre valores y decisiones: cómo las creencias sobre sostenibilidad influyen en la evaluación científica

/

Between values and decisions: how sustainability beliefs influence scientific evaluation

Andreia Pereira Silvério

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

andreia_psilverio@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6178-3403>

Marcello Ferreira

Universidade de Brasília, Brasil

marcellof@unb.br

<https://orcid.org/0000-0003-4945-3169>

Fecha de Recepción: 8 de marzo de 2026

Fecha de Aceptación: 24 de abril de 2026

Fecha de Publicación: 22 de mayo de 2026

Financiamiento:

El autor declara que este estudio no recibió financiación externa.

Conflictos de interés:

El autor también declara no tener ningún conflicto de intereses.

Correspondencia:

Nombres y Apellidos: Andreia Pereira Silvério

Correo electrónico: andreia_psilverio@hotmail.com

Dirección postal: Farroupilha, Porto Alegre - State of Rio Grande do Sul, 90010-150, Brasil

Los autores retienen los derechos de autor de este artículo. Revista Inclusiones publica esta obra bajo una licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite su uso, distribución y reproducción en cualquier medio, siempre que se cite apropiadamente a los autores originales.

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



Resumo

Este artigo investiga como valores humanos e crenças de sustentabilidade influenciam a avaliação científica no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de 37 documentos institucionais, selecionados entre 248 identificados no período de 2020 a 2025. O referencial teórico articula a perspectiva multidimensional da sustentabilidade, a Teoria Refinada dos Valores Humanos de Schwartz e o conceito de crenças de sustentabilidade de Dubois. Os resultados indicam que a avaliação científica não é neutra, sendo permeada por valores e visões de mundo que influenciam critérios, prioridades e decisões institucionais. Evidencia-se que o CNPq atua não apenas como agência de fomento, mas como instância normativa que contribui para a definição de agendas científicas e para a legitimação de determinados conhecimentos em detrimento de outros.

Palavras-chave: Avaliação científica; Sustentabilidade; Valores humanos; Crenças; CNPq.

Resumen: Este artículo investiga cómo los valores humanos y las creencias sobre sostenibilidad influyen en la evaluación científica dentro del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq). La investigación se basa en una revisión bibliográfica y un análisis documental de 37 documentos institucionales, seleccionados de entre 248 identificados para el periodo 2020-2025. El marco teórico articula la perspectiva multidimensional de la sostenibilidad, la Teoría Refinada de los Valores Humanos de Schwartz y el concepto de creencias sobre sostenibilidad de Dubois. Los resultados indican que la evaluación científica no es neutral, sino que está impregnada de valores y cosmovisiones que influyen en los criterios, prioridades y decisiones institucionales. Es evidente que el CNPq actúa no solo como agencia de financiamiento, sino también como organismo regulador que contribuye a configurar las agendas científicas y a legitimar ciertos conocimientos a expensas de otros.

Palabras clave: Evaluación científica; Sostenibilidad; Valores humanos; Creencias; CNPq.

Abstract: This article investigates how human values and sustainability beliefs influence scientific evaluation within the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). The study is based on a bibliographic review and documentary analysis of 37 institutional documents selected from 248 identified between 2020 and 2025. The theoretical framework combines the multidimensional perspective of sustainability, Schwartz's Refined Theory of Basic Human Values, and Dubois's concept of sustainability beliefs. The

findings indicate that scientific evaluation is not neutral, as it is shaped by values and worldviews that influence institutional criteria, priorities, and decisions. The results also show that CNPq operates not only as a funding agency but as a normative instance that shapes scientific agendas and legitimizes specific forms of knowledge over others.

Keywords: *Scientific evaluation; Sustainability; Human values; Beliefs; CNPq.*

INTRODUÇÃO

As crises ecológicas e as desigualdades sociais persistentes conferem ao discurso da sustentabilidade um papel orientador central para políticas públicas e estratégias institucionais globais¹. Os estudos científicos dedicados a desvelar as polifonias discursivas em disputa nesse campo demonstram que é preciso (des)construir conceitualmente o discurso da sustentabilidade². Isso é requerido porque esse conceito é determinado em um espaço histórico-cultural marcado, profundamente, por regras político-normativas de diversos e distintos organismos intergovernamentais, internacionais e nacionais³.

Longe de constituir um conceito unívoco e pacífico, a sustentabilidade apresenta-se como um território de disputas simbólicas, onde diferentes atores sociais buscam impor suas interpretações e interesses, como apontam Dubois e Clément, cada um a seu modo.^{4 5} Apresentado como consenso global, esse discurso oficial ocupa posição hegemônica nas políticas públicas, práticas sociais e estratégias institucionais contemporâneas, como indica Carvalho.⁶ Organismos multilaterais, governos nacionais, corporações transnacionais e organizações não-governamentais disputam a legitimidade para definir o que conta como sustentável, em um jogo complexo que envolve recursos financeiros e poder simbólico⁷.

Nessa perspectiva, as instituições não apenas organizam práticas e normas sociais, mas participam ativamente da legitimação de determinados discursos e formas de conhecimento, configurando arenas nas quais se definem prioridades, critérios e sentidos socialmente reconhecidos.⁸ As instituições de ciência e tecnologia, em particular, ocupam posição estratégica nesse processo, uma vez que detêm a autoridade para produzir e validar o conhecimento que fundamenta as políticas de sustentabilidade. O que está em jogo, portanto, não é apenas a definição abstrata de um conceito, mas a

¹ Peter Jacques, *Sustentabilidade: o que está em jogo?* (Petrópolis, RJ: Vozes, 2024).

² Enrique Leff, *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade e complexidade*, 6. ed. (Petrópolis, RJ: Vozes, 2010).

³ Hugh Lacey, "Os valores do progresso tecnocientífico e os pressupostos da sua sustentação," *Revista Dialectus* 9, no. 17 (2020): 15–38

⁴ Ananélia Meireles Dubois, "A relação de prioridades axiológicas organizacionais e de crenças de trabalhadores sobre sustentabilidade" (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019).

⁵ Vicent Clément, "Le développement durable: un concept géographique?" (ENS LSH; DGESCO, 2004).

⁶ Isabel Cristina Moura Carvalho, "Territorialidades em luta."

⁷ Lima, "O discurso da sustentabilidade."

⁸ Lima, "O discurso da sustentabilidade."

própria capacidade de definir os problemas relevantes, as metodologias legítimas e as soluções aceitáveis no campo do desenvolvimento sustentável.

Sob a lógica desse discurso hegemônico, a sustentabilidade, associada à sua intrínseca complexidade, foi estabelecida como uma estratégia multidimensional de um novo padrão de desenvolvimento, enaltecido na autonomia e na estabilidade dos processos científico-tecnológicos^{9 10 11}. A ciência e a tecnologia, apontadas como eixos estruturantes desse "novo" desenvolvimento, (re)posicionam-se no centro da arena decisória, introduzindo elementos narrativos estruturantes da tradição científico-moderna. Autores como Lacey e Herculano identificam, nesse movimento, a permanência de três mitos fundadores: "o mito da superioridade das decisões tecnocráticas, a perspectiva salvacionista da ciência e da tecnologia, e o determinismo tecnológico"^{12 13}.

Essa visão, ao atribuir à ciência e à tecnologia um poder exclusivo e quase mágico, capaz de produzir transformações sociais independentemente de fatores históricos, culturais e contextuais, dissemina a crença de que o progresso e o bem-estar social são frutos diretos da expansão científica e tecnológica. Trata-se de uma perspectiva que naturaliza a neutralidade da ciência, ignorando suas profundas implicações éticas, sociais e ambientais, como se o conhecimento científico pairasse acima das contradições e interesses que caracterizam a vida social¹⁴. Os dados concretos da realidade contemporânea desmentem o otimismo tecnológico, demonstrando os limites estruturais de um modelo de desenvolvimento que, apesar de todo o avanço científico e tecnológico, reproduz e aprofunda desigualdades e degradação ambiental.

Assim, torna-se crucial perguntar: quais valores e quais crenças orientam as decisões daqueles que, por meio de posições científicas, definem o que é sustentável? Esta questão, que está na raiz desta investigação, aponta para a necessidade de compreender os fundamentos axiológicos e cognitivos das decisões que moldam a agenda de pesquisa em sustentabilidade no Brasil. Este artigo, por meio de uma revisão bibliográfica e documental assistemática de caráter narrativo e interpretativo, busca analisar como os valores humanos e as crenças de sustentabilidade dos pesquisadores se relacionam com as práticas discursivas e institucionais da avaliação científica no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

⁹ Ignacy Sachs, *Caminhos para o desenvolvimento sustentável* (Rio de Janeiro: Garamond, 2009).

¹⁰ Ignacy Sachs, *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado* (Rio de Janeiro: Garamond, 2008).

¹¹ Ignacy Sachs, *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir* (São Paulo: Vértice, 1986).

¹² Hugh Lacey, "Os valores do progresso tecnocientífico e os pressupostos da sua sustentação,"

¹³ Selene Herculano, "Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz," in *Ecologia, ciência e política*, ed. M. Goldenberg (Rio de Janeiro: Revan, 1992), 87–118.

¹⁴ Gérard Fourez, "Ciência, técnica e sociedade: o lugar da ética," in *Ensino de ciências: fundamentos e métodos* (Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986).

O CNPq configura-se como uma das principais instituições estruturantes do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, desempenhando papel central na articulação entre financiamento, avaliação e indução da atividade científica. Sua relevância não se restringe à alocação de recursos, mas se estende à definição de critérios de legitimidade científica, à hierarquização de áreas do conhecimento e à conformação de trajetórias acadêmicas, especialmente por meio de instrumentos como bolsas de produtividade em pesquisa e editais temáticos.

Nesse sentido, o CNPq opera simultaneamente como agência de fomento e instância normativa, na medida em que seus dispositivos avaliativos — ancorados em métricas de produtividade, impacto e relevância — participam ativamente da construção social do que é reconhecido como conhecimento válido. Tal processo não é epistemicamente neutro, mas atravessado por valores e crenças que orientam as práticas dos agentes envolvidos na avaliação científica.

Assim, ao incidir diretamente sobre a definição de agendas de pesquisa, o CNPq exerce influência decisiva na delimitação dos contornos do campo científico, inclusive no que tange à produção de conhecimento sobre sustentabilidade. A seleção de projetos, a priorização temática e os critérios de excelência mobilizados pela agência refletem, ainda que de forma implícita, determinados pressupostos axiológicos e cognitivos acerca do que constitui o desenvolvimento sustentável, seus problemas legítimos e suas formas de abordagem.

Dessa forma, torna-se fundamental interrogar os valores e crenças que informam tais processos decisórios, uma vez que estes não apenas orientam a distribuição de recursos, mas também moldam as práticas discursivas e institucionais que sustentam a avaliação científica. É precisamente nesse horizonte que se insere a presente investigação, ao buscar compreender como os sistemas de valores humanos e as crenças relativas à sustentabilidade, internalizados pelos pesquisadores, se articulam com os mecanismos institucionais de validação e reconhecimento operados no âmbito do CNPq.

Compreendendo a importância desse órgão e do discurso de sustentabilidade, este artigo encontra-se estruturado de forma progressiva, iniciando com a discussão do conceito de sustentabilidade, destacando sua construção histórica e as disputas de significado que envolvem diferentes perspectivas teóricas. Na sequência, aborda os valores humanos, à luz da teoria de Schwartz e Schwartz e Bilsky, bem como as crenças e visões de mundo, evidenciando como esses elementos influenciam percepções, julgamentos e processos decisórios¹⁵ ¹⁶. A partir desse referencial teórico, o estudo articula tais dimensões ao campo da avaliação científica, demonstrando, ao final, como

¹⁵ Shalom H. Schwartz, “Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural,” in *Valores e comportamento nas organizações*, ed. Á. Tamayo e J. B. Porto (Petrópolis: Vozes, 2005), 160–186.

¹⁶ Shalom H. Schwartz e Wolfgang Bilsky, “Toward a Universal Psychological Structure of Human Values,” *Journal of Personality and Social Psychology* 53, no. 3 (1987): 550–562.

o CNPq se configura como o espaço institucional no qual valores e crenças se materializam, influenciando a seleção de pesquisas, a definição de agendas científicas e a legitimação do conhecimento produzido.

A presente investigação também dialoga com o campo dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (STS/CTS), especialmente com autores que problematizam a não neutralidade das instituições científicas e dos mecanismos de validação do conhecimento. Nesse contexto, destacam-se as contribuições de Sheila Jasanoff, Brian Wynne e Bruno Latour, cujos estudos evidenciam que a produção científica está intrinsecamente vinculada a valores, racionalidades políticas e processos de coprodução entre ciência e ordem social.¹⁷ Tal perspectiva permite compreender a avaliação científica não apenas como um procedimento técnico, mas como uma prática institucional atravessada por disputas simbólicas, critérios de legitimidade e relações de poder.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder à problemática de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, este estudo adotou uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender os significados, valores e crenças presentes nos discursos institucionais relacionados à sustentabilidade e à avaliação científica, considerando o contexto social e simbólico em que são produzidos.¹⁸

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois busca identificar e analisar como valores humanos e crenças de sustentabilidade se manifestam nos documentos institucionais do CNPq, sem a pretensão de estabelecer relações causais ou generalizações estatísticas¹⁹. Possui também caráter interpretativo, na medida em que procura compreender os sentidos subjacentes aos critérios, diretrizes e mecanismos de avaliação científica presentes nos documentos analisados.

O percurso metodológico foi organizado em etapas sequenciais. Inicialmente, realizou-se o levantamento do corpus documental no portal eletrônico oficial do CNPq, considerando o recorte temporal de 2020 a 2025. As buscas concentraram-se nas seções “Editais e Chamadas Públicas” e “Dados Institucionais”, por compreenderem documentos diretamente relacionados às

¹⁷ Sheila Jasanoff, *States of Knowledge: The Co-Production of Science and Social Order* (London: Routledge, 2004); Brian Wynne, “Misunderstood Misunderstanding: Social Identities and Public Uptake of Science,” in *Science as Practice and Culture*, ed. Andrew Pickering (Chicago: University of Chicago Press, 1992), 95–135; Bruno Latour, *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987).

¹⁸ Maria Cecília de Souza Minayo, *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*, 14. ed. (São Paulo: Hucitec, 2014); Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln, *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*, 2. ed. (Porto Alegre: Artmed, 2006).

¹⁹ Antonio Carlos Gil, *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 6. ed. (São Paulo: Atlas, 2008).

políticas de fomento, avaliação e definição de prioridades científicas da instituição.

Foram identificados inicialmente 248 documentos institucionais. Em seguida, aplicaram-se critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Foram incluídos documentos oficiais — tais como editais, chamadas públicas, relatórios de gestão, diretrizes e normas institucionais — que apresentassem referência explícita, no título, resumo ou palavras-chave, aos termos “sustentabilidade”, “desenvolvimento sustentável”, “inovação” ou “impacto social”. Foram excluídos documentos duplicados, comunicados administrativos de rotina, formulários de inscrição sem conteúdo analítico e avisos de resultados finais de chamadas públicas. Após leitura exploratória e análise preliminar dos resumos e conteúdos introdutórios, selecionaram-se 37 documentos para compor o corpus final da pesquisa. A definição desse corpus seguiu o critério de pertinência temática e aderência aos objetivos investigativos do estudo.

Na etapa analítica, utilizou-se a técnica de Análise Temática de Conteúdo, com base em Braun e Clarke,²⁰ por permitir a identificação, organização e interpretação de padrões de sentido presentes nos documentos. O processo analítico desenvolveu-se em seis fases: (i) familiarização com os dados; (ii) geração de códigos iniciais; (iii) busca por temas; (iv) revisão dos temas; (v) definição e nomeação das categorias temáticas; e (vi) elaboração do relatório interpretativo com excertos representativos do corpus.

As categorias analíticas foram definidas a priori a partir do referencial teórico desenvolvido nos tópicos anteriores do artigo. Foram estabelecidas três categorias centrais de análise: a) valores axiológicos subjacentes, considerando as dimensões propostas pela Teoria Refinada dos Valores Humanos de Schwartz, especialmente os polos autotranscendência versus autopromoção e abertura à mudança versus conservação; b) crenças de sustentabilidade manifestas nos documentos, identificando perspectivas tecnocêntricas, sistêmicas ou críticas acerca da relação entre ciência, tecnologia e desenvolvimento; e c) mecanismos de tradução institucional, analisando como valores e crenças se materializam nos critérios de avaliação, indicadores de produtividade e definição de áreas prioritárias de pesquisa.

Além dos procedimentos de revisão bibliográfica e análise documental, a pesquisa contou com o uso auxiliar de ferramentas de inteligência artificial exclusivamente para apoio operacional na organização textual, revisão linguística, padronização acadêmica e aprimoramento da escrita científica do manuscrito. O uso dessas ferramentas não envolveu a produção autônoma das análises, interpretação dos documentos, construção das categorias analíticas ou elaboração das conclusões da pesquisa. Todas as decisões metodológicas, inferências interpretativas e articulações teóricas foram desenvolvidas pelos

²⁰ Virginia Braun e Victoria Clarke, “Using Thematic Analysis in Psychology,” *Qualitative Research in Psychology* 3, no. 2 (2006): 77–101, <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>.

autores, preservando os princípios de autoria intelectual, rigor científico e integridade acadêmica.²¹

A seguir, tem-se uma síntese dos procedimentos metodológicos adotados nesta investigação científica:

Quadro 1

Síntese dos procedimentos metodológicos da pesquisa

Etapa	Procedimentos realizados	Descrição
Natureza da pesquisa	Abordagem qualitativa, descritiva e interpretativa	A pesquisa buscou compreender os sentidos, valores e crenças presentes nos discursos institucionais do CNPq relacionados à sustentabilidade e à avaliação científica, sem finalidade de generalização estatística.
Estratégia metodológica	Revisão bibliográfica e análise documental	Foram utilizados referenciais teóricos sobre sustentabilidade, valores humanos e crenças, articulados à análise de documentos institucionais oficiais do CNPq.
Fonte documental	Portal eletrônico oficial do CNPq	As buscas concentraram-se nas seções “Editais e Chamadas Públicas” e “Dados Institucionais”, disponíveis no portal institucional do CNPq.
Recorte temporal	2020–2025	O corpus documental considerou documentos publicados entre os anos de 2020 e 2025.
Documentos inicialmente identificados	248 documentos	Incluíram-se editais, chamadas públicas, relatórios de gestão, diretrizes e normas institucionais.
Crítérios de inclusão	Documentos com aderência temática	Foram incluídos documentos que apresentavam referência explícita aos termos “sustentabilidade”, “desenvolvimento sustentável”, “inovação” ou “impacto social” no título, resumo ou palavras-chave.
Crítérios de exclusão	Exclusão de documentos sem pertinência analítica	Foram excluídos documentos duplicados, comunicados administrativos rotineiros, formulários de inscrição sem conteúdo analítico e avisos de resultado final.

²¹ UNESCO, *Guidance for Generative AI in Education and Research* (Paris: UNESCO, 2023); Committee on Publication Ethics (COPE), “COPE Position Statement: Authorship and AI Tools,” COPE, 2023, <https://publicationethics.org/cope-position-statements/ai-author>

Corpus final	37 documentos selecionados	Após leitura exploratória e análise preliminar, selecionaram-se os documentos com maior aderência aos objetivos da pesquisa.
Procedimento analítico	Análise Temática de Conteúdo	A análise foi realizada com base na proposta de Braun e Clarke, permitindo identificar padrões de sentido e categorias temáticas nos documentos analisados.
Fases da análise	Seis etapas analíticas	Familiarização com os dados; geração de códigos iniciais; busca por temas; revisão dos temas; definição e nomeação das categorias; elaboração do relatório interpretativo.
Categorias de análise	Categorias definidas a priori	a) valores axiológicos subjacentes; b) crenças de sustentabilidade; c) mecanismos de tradução institucional.
Referenciais analíticos	Schwartz e Dubois	Utilizou-se a Teoria Refinada dos Valores Humanos de Schwartz e o conceito de crenças de sustentabilidade de Dubois.
Objetivo interpretativo	Relação entre valores, crenças e avaliação científica	Investigou-se como valores e crenças se materializam nos critérios de avaliação, indicadores de produtividade e definição de áreas prioritárias do CNPq.
Limitações metodológicas	Ausência de generalização estatística	O estudo reconhece os limites inerentes à pesquisa qualitativa documental e ao caráter interpretativo da análise.

Fonte: Elaboração própria.

A análise documental foi compreendida não como mera descrição de conteúdos, mas como interpretação de produções institucionais socialmente situadas, atravessadas por relações de poder, valores e racionalidades políticas.²² A articulação entre corpus documental, categorias analíticas e achados interpretativos foi sintetizada no quadro acima, apresentada ao final da seção de resultados. O percurso metodológico adotado buscou assegurar coerência analítica, rastreabilidade e transparência interpretativa, reconhecendo, contudo, os limites inerentes às pesquisas qualitativas de natureza documental, especialmente quanto à impossibilidade de generalização estatística dos resultados.

²² André Cellard, "A análise documental," in A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos, org. Jean Poupart et al. (Petrópolis: Vozes, 2008), 295–316.

2. A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DA SUSTENTABILIDADE NO DISCURSO OFICIAL

Ao se apreender o termo *sustentabilidade*, que se encontra atrelado à história ambiental, observa-se que essa noção tem raízes nos modos de transformação da relação sociedade com a natureza. Existem diversas e distintas apreciações e narrativas discursivas a ele vinculados ao longo dos séculos. Com efeito, isso configura um sistema de pensamento científico-político, histórico-cultural dominante, ao mesmo tempo que traz contornos e distorções aos discursos contemporâneos²³.

Retomando à historicidade, destaca-se que, nas civilizações antigas, prevalecia um modelo de sociedade mística e espiritual, em que as consequências advindas da exploração do meio ambiente eram interpretadas como castigo Divino. Do século X ao século XV, com surgimento das sociedades agrárias e o movimento de expansão das rotas comerciais, intensificou-se a exploração de florestas e de pastagens. Vários fatos e eventos ocorridos nesse período demonstram que essa noção está sob o "princípio da conservação da natureza local" e do "princípio do respeito da capacidade do sistema ecológico", norteadores epistemológicos que já se deslindavam, mesmo que prematuramente, naqueles períodos²⁴.

Mesmo assim, é preciso esclarecer que a sua primeira formulação conceitual se deu apenas em 1346. Os termos em francês "*durabilité*" ou "*soutenabilité*", que podem ser traduzidos como sustentabilidade, foram utilizados no contexto de preservação dos recursos florestais. A partir do século XVI, essa relação foi sendo direcionada pela submissão da natureza às ciências, que moldada pela visão cartesiana, propiciou a intensificação e a superexploração da natureza. A expansão do conhecimento científico e da capacidade tecnológica causou uma profunda mudança no sistema de produção e na ação antropogênica sobre o meio ambiente²⁵.

Em 1713, a palavra sustentabilidade aparece em seu significado mais moderno. Hanns Carl Von Carlowitz define e usa o termo alemão *Nachhaltigkeit* (Sustentabilidade) e *nachhaltends wirtschaften* (administração sustentável) para se referir a "uma exploração mais cautelosa de madeira que garantisse um equilíbrio entre o crescimento das árvores e o corte de madeira"²⁶. Entretanto, segundo Marquardt, Carlowitz foi inventor do termo

²³ Marcel Bursztyn e Maria Bursztyn, *Fundamentos de política e gestão ambiental* (Rio de Janeiro: Garamond, 2012); Bonfiglioli, "Sustentabilidade: uma palavra, várias significações."

²⁴ Bernd Marquardt, "Historia de la sustentabilidad: un concepto medioambiental en la historia de la Europa Central (1000–2006)," *História Crítica*, no. 32 (2006): 172–197; Marcel Bursztyn e Maria Bursztyn, *Fundamentos de política e gestão ambiental* (Rio de Janeiro: Garamond, 2012).

²⁵ Clément, "Le développement durable"; Jégou, "Territoires, acteurs, enjeux"; "Durabilité."

²⁶ Lima, "O discurso da sustentabilidade"; Vicent Clément, "Le développement durable: un concept géographique?" (ENS LSH; DGESCO, 2004); Ulrich Grober, *Deep Roots: A Conceptual History of 'Sustainable Development' (Nachhaltigkeit)* (Berlin, 2007); V. Kanashiro, "Por uma sociologia do conhecimento científico da questão ambiental," *Plural* 16, no. 1 (2009): 175–188; Bonfiglioli, "Sustentabilidade: uma palavra, várias significações."

sustentabilidade, mas não do conceito, pois ele já era comum na época medieval.

A década de 1960 foi marcada pela eclosão de estudos científicos que alertavam à sociedade sobre os graves problemas ambientais decorrentes do padrão de desenvolvimento econômico e tecnológico até adotado e pela tomada de consciência por parte da sociedade dos problemas advindos. Os estudos desenvolvidos contribuíram para a inserção da sustentabilidade, não somente na "esfera biológica e ambiental", mas no campo político-institucional do desenvolvimento.²⁷

Neste contexto, destaca-se a *Convenção da Biosfera*, em Paris, ocorrida em 1968, por respaldar cientificamente o "enfoque interdisciplinar" da problemática ambiental, "a aliança entre as ciências sociais e as ciências naturais" e apontar a correlação da deterioração do meio ambiente como resultante da rápida "expansão populacional, da urbanização e da industrialização" ²⁸. A década seguinte, especialmente o ano 1972, é período das grandes Convenções Internacionais sobre meio ambiente promovida pelo *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA). Essa liderança global intergovernamental internacional do meio ambiente, criada no mesmo ano, vai introduzir no binômio meio ambiente-desenvolvimento uma renovação discursiva da sustentabilidade, inserindo-a como modelo de desenvolvimento.²⁹

Os debates iniciais sobre modelos de desenvolvimento foram impulsionados pelo Relatório Meadows, em seus "dilemas da humanidade". Esse Relatório, produzido pelo Grupo de Roma, em 1972, também conhecido como *Limits to Growth* (limites do crescimento), defendeu a conservação da natureza, o controle da expansão demográfica, o avanço tecnológico, o limite ao crescimento econômico e exponencial da produção ³⁰. A ideia de não crescimento posta em funcionamento por esse Relatório, segundo Carvalho, "advoga uma paralização do crescimento das forças produtivas [...] Isso, aplicado em termos mundiais, significaria o congelamento das desigualdades, uma vez que a estabilização pretendida, não supõe qualquer mudança na correlação de forças entre os países" ³¹.

Após a repercussão do Relatório de Meadows, no mesmo ano, junho de 1972, foi realizada a primeira *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano* (CNUMAH), em Estocolmo, Suécia. Conforme Sachs, durante as reuniões preparatórias de Founex, Suíça, havia duas posições antagônicas

²⁷ Lima, "O discurso da sustentabilidade"; Bursztyn and Bursztyn *Fundamentos de política e gestão ambiental*.

²⁸ Bursztyn and Bursztyn, *Fundamentos de política e gestão ambiental*, 78.

²⁹ Carvalho, "Territorialidades em luta"; Bursztyn and Bursztyn, *Fundamentos de política e gestão ambiental*

³⁰ Donella H. Meadows et al., *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind* (New York: Universe Books, 1972); Isabel Cristina Moura Carvalho, "Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos"; Marcel Bursztyn e Maria Bursztyn, *Fundamentos de política e gestão ambiental* (Rio de Janeiro: Garamond, 2012).

³¹ Carvalho, "Territorialidades em luta," 46.

assumidas: de um lado os "cornucopians" (defensores do crescimento) e do outro os "doomssayers" (catastrofistas).³² Ambas as posições, tidas como extremadas, foram rejeitadas. Adotou-se a ideia de que o crescimento econômico era necessário, mas deveria ter um viés social. Propôs-se assim um "caminho do meio" ³³. Segundo Lima, embora elogiado por seu pragmatismo político e pelo esforço diplomático conciliador, o caminho do meio, adotado em Estocolmo, ocultou os conflitos sócio-econômico que dividiam os países do norte-sul³⁴.

Em 1973, um ano após a conferência de Estocolmo, Maurice Strong, o então secretário geral da Conferência, utiliza o termo ecodesenvolvimento, como uma concepção alternativa para o desenvolvimento. Contudo, são nos trabalhos do economista Ignacy Sachs e nas propostas da Comissão Brundtland, que se encontram teorizadas os pontos básicos do Ecodesenvolvimento ³⁵. O discurso do ecodesenvolvimento surgiu a partir da polêmica entre os partidários do crescimento a qualquer custo e os Zeristas do Meadows. Se apresentou como um novo projeto societário, como paradigma para um novo desenvolvimento. São características deste discurso: a valorização dos recursos específicos de cada ecorregião; a perspectiva da solidariedade sincrônica e diacrônica; o respeito à diversidade de culturas; redução dos impactos humanos no meio ambiente; o uso de recursos renováveis de forma não exaurível.³⁶

Em 1983, a ONU criou a *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CMMAD), com a meta de elaborar um diagnóstico dos problemas ambientais e do desenvolvimento. Após cinco anos de trabalho, sob a direção da primeira-ministra da Noruega, Grö Harlem Brundtland, a Comissão Brundtland projetou mundialmente o termo "desenvolvimento sustentável" e introduziu o conteúdo da nova estratégia oficial de desenvolvimento.³⁷ O Relatório Brundtland, publicado com o título de "Nosso Futuro Comum", em 1987, definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que "atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades".³⁸ Na visão de Lélé e Lima, a Comissão Brundtland, embora respaldada em muitas das ideias apontadas por Sachs, chegou a um resultado qualitativamente diferente, ao esvaziar o conteúdo emancipador do Ecodesenvolvimento³⁹ ⁴⁰. A ênfase é deslocada somente para o eixo da participação local, enquanto a equidade e a justiça

³² Sachs, Ecodesenvolvimento Sachs Caminhos para o desenvolvimento sustentável Bursztyn and Bursztyn, Fundamentos de política e gestão ambiental.

³³ Sachs, Ecodesenvolvimento *; Sachs, Caminhos para o desenvolvimento sustentável

³⁴ Gustavo C. Lima, "O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação," *Ambiente & Sociedade* 6, no. 2 (2003): 99–119.

³⁵ Sachs, Ecodesenvolvimento *; Lima, "O discurso da sustentabilidade"; Kanashiro, "Por uma sociologia do conhecimento científico."

³⁶ Sachs, Ecodesenvolvimento; Sachs, Caminhos para o desenvolvimento sustentável.

³⁷ Herculano, "Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz"; Bursztyn e Bursztyn, *Fundamentos de política e gestão ambiental*.

³⁸ CMMAD, *Nosso Futuro Comum* (1991), 46.

³⁹ Lélé, "Sustainable development"; Lima, "O discurso da sustentabilidade."

⁴⁰ Lima, "O discurso da sustentabilidade."

proposta pelo ecodesenvolvimento foi sendo abandonada silenciosamente⁴¹. No próximo tópico, discute-se os valores humanos atribuídos ao discurso de sustentabilidade a partir da Teoria de Schwartz⁴².

3. VALORES HUMANOS E A TEORIA DE SCHWARTZ

Os estudos sobre crenças e valores são realizados tanto a partir de pesquisas psicológicas, quanto pelas ciências humanas e sociais⁴³. Mesmo assim, cabe ressaltar que as principais contribuições científicas sobre os valores e crenças vêm se consolidando principalmente no âmbito da psicologia social contemporânea⁴⁴. O conceito de valor como "critério utilizado pelas pessoas para avaliar ações, indivíduos e eventos" possibilitou aos diversos pesquisadores unificarem interesses aparentemente diversos em todas as ciências relacionadas ao comportamento humano⁴⁵.

A *Teoria Refinada dos Valores Humanos*, de Schwartz, define e ordena 19 valores em um *continuum* motivacional circular, onde a proximidade indica similaridade e o distanciamento, antagonismo⁴⁶. Esses valores se organizam em duas dimensões bipolares: Abertura à Mudança versus Conservação e Autotranscendência versus Autopromoção. Esta teoria oferece uma estrutura robusta para entender como os indivíduos atribuem importância a diferentes valores e como estes influenciam crenças e comportamentos.

Rokeach, amplamente reconhecido por dar um impulso significativo à pesquisa sobre valores, define valores como "crenças transituacionais hierarquicamente organizadas e que serve como critério para nosso comportamento"⁴⁷. São crenças prescritivas que orientam as nossas decisões por dois motivos: porque foram interiorizadas no processo de socialização (família, grupo, instituições) e porque são núcleo da personalidade ou base de seu autoconceito, se comportando como guia das atitudes, quando confrontados.⁴⁸

Schwartz e Bilsky identificaram cinco características para o construto de valores, que o distingue de outros construtos relacionados, como crenças e atitudes. Valores: a) "são crenças", ligadas à emoção; b) são um construto motivacional, que "pertencem a fins desejáveis ou a forma de comportamento";

⁴¹ Lélé, "Sustainable development"; Lima, "O discurso da sustentabilidade."

⁴² Schwartz, "Valores humanos básicos"

⁴³ Helmut Krüger, *Psicologia social das crenças* (Curitiba: CRV, 2018); Maria Ros, "Psicologia social dos valores: uma perspectiva histórica," in *Psicologia social dos valores humanos*, org. Maria Ros e Valdiney V. Gouveia (São Paulo: Senac, 2006), 23–53; Shalom H. Schwartz, "Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos?," in *Psicologia social dos valores humanos*, org. Valdiney V. Gouveia e Maria Ros (São Paulo: Senac, 2006), 55–84.

⁴⁴ Maria Vitória R. Calvosa, "Valores humanos: contribuições e perspectivas teóricas," in *Psicologia social: principais temas e vertentes*, org. C. V. Torres e R. Neiva (Porto Alegre: Artmed, 2011); I. O. S. Brando e L. M. Lourenço, *Uma introdução ao estudo das crenças na psicologia social cognitiva* (Curitiba: CRV, 2021).

⁴⁵ Schwartz, "Valores humanos básicos," 17.

⁴⁶ Schwartz, "Valores humanos básicos," 25.

⁴⁷ Rokeach, *The nature of human values*, 5; Ros, "Psicologia social dos valores," 30; Schwartz, "Valores humanos básicos."

⁴⁸ Ros, "Psicologia social dos valores," 30.

c) "transcendem situações e ações específicas"; d) "guiam a seleção ou avaliação de comportamentos, pessoas e acontecimentos"; e) "são ordenados pela importância relativa a outros valores" formando um sistema ordenado de prioridades axiológicas.⁴⁹

O autor define valor como "meta desejável e transituacionais, que variam em importância, servem como princípio na vida da pessoa ou de outra entidade social". Segundo o autor, está implícito neste conceito de valores como metas que: "1) servem aos interesses de alguma entidade social; 2) podem motivar a ação, dando-lhe direção e intensidade emocional; 3) funcionam como critérios para julgar e justificar a ação; 4) são adquiridos tanto por meio da socialização dos valores do grupo dominante quanto mediante a experiência pessoal de aprendizagem".⁵⁰

A compreensão dos valores e crenças enquanto construtos centrais do comportamento humano tem sido objeto de investigação em diferentes campos do conhecimento, com especial consolidação na psicologia social contemporânea. Nesse contexto, os valores são concebidos como critérios normativos que orientam a avaliação de ações, indivíduos e eventos, permitindo a integração analítica de fenômenos diversos no âmbito das ciências humanas e sociais. A *Teoria Refinada dos Valores Humanos*, proposta por Schwartz, representa um dos modelos mais robustos nesse domínio, ao estruturar 19 valores em um continuum motivacional circular organizado em dimensões bipolares — abertura à mudança versus conservação e autotranscendência versus autopromoção. Complementarmente, a abordagem de Rokeach enfatiza o caráter dos valores como crenças transituacionais hierarquicamente organizadas, internalizadas no processo de socialização e constitutivas do núcleo da personalidade.⁵¹

4. CRENÇAS, VISÕES DE MUNDO E CRENÇAS DE SUSTENTABILIDADE

Como se pode apreender até aqui, os termos "Crenças" e "Valores" são polissêmicos. A apropriação semântica quer pelas ciências, quer na linguagem coloquial se constitui num dos desafios para o avanço das pesquisas sobre crenças⁵². Conforme Rokeach, ainda existe pouco consenso sobre o conceito de crenças, atitudes, valores e sobre os pressupostos relevantes para distinguir esses construtos⁵³. Segundo o autor, frequentemente utilizamos esses conceitos de forma singular ou plural, como se ainda não soubéssemos como

⁴⁹ Shalom H. Schwartz e Wolfgang Bilsky, "Toward a Universal Psychological Structure of Human Values"; Shalom H. Schwartz, "Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural," 56; Shalom H. Schwartz, "Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos?"; Jan Cieciuch e Shalom H. Schwartz, "The Number of Distinct Basic Values and Their Structure Assessed by PVQ-40," *Journal of Personality Assessment* 94, no. 3 (2012): 321–328; Rohan, "A Rose by Any Name?"

⁵⁰ Schwartz, "Há aspectos universais," 58.

⁵¹ Schwartz, "Há aspectos universais," 78.

⁵² Kruger, *Psicologia social das crenças*; Rohan, "A rose by any name?"; Rokeach, *Crenças, atitudes e valores*.

⁵³ Rokeach, *Crenças, atitudes e valores*; Kruger, *Psicologia social das crenças*.

diferenciá-los claramente, e tendemos a usá-los de maneira arbitrária e intercambiável.

A fim de se evitar "equívocos conceituais", Rohan propõe o uso do termo "visões de mundo", para "descrever as crenças conscientes das pessoas sobre o mundo que são uma função de suas prioridades de valor" e usar o termo "valor" "para identificar o foco na estrutura cognitiva em termos de sistemas de valores (ou tipos de valores ou prioridades de valor)". "Visão de mundo" e "Crenças" são os termos adotados neste trabalho de forma similar, porque expressam um importante conceito no âmbito do estudo⁵⁴.

De acordo com Rokeach, "crenças são inferências feitas por um observador sobre os estados de expectativas básicas". Seja de modo consciente, seja inconsciente, os indivíduos podem ou não representar ou expressar aquilo que verdadeiramente acredita; em decorrência, as crenças não podem ser diretamente observadas, mas sim inferidas por meio de "artifícios psicológicos"⁵⁵. Kruger define crenças como "ideias e conectivos" que se interligam, formando um sistema de crenças, as quais são transmitidas através da linguagem⁵⁶.

Embora, na literatura, não se tenha encontrado uma definição para o construto "crenças de sustentabilidade", nesta pesquisa, o conceito que mais se aproxima é o de Dubois. Para a autora, "Crenças referentes à sustentabilidade representam as visões de mundo sobre o conceito", "concernentes aos seus valores", que podem também estar correlacionadas aos valores de uma instituição ou grupo.⁵⁷ Considerando a escassez literária sobre o tema, crença de sustentabilidade nesta pesquisa é entendida como "visões de mundo" que os indivíduos ou grupos possuem a respeito dos princípios, práticas e objetivos associados às narrativas do desenvolvimento sustentável. Essas crenças orientam a maneira como as pessoas interpretam a relação entre crescimento econômico, preservação ambiental, justiça social e qualidade de vida, influenciando suas decisões, comportamentos e avaliações sobre políticas, práticas organizacionais ou projetos de pesquisa.

5. CNPq EM FOCO

A análise de documentos oficiais e das práticas institucionais do CNPq fundamenta-se na consulta a materiais disponibilizados publicamente pela própria instituição, tais como editais, chamadas públicas, relatórios de gestão, diretrizes institucionais e documentos normativos acessíveis em seu portal eletrônico oficial. Os documentos foram coletados no período de 2020 a 2025, por meio do site institucional do CNPq (<https://www.gov.br/cnpq/pt-br>), com destaque para as seções de editais e chamadas públicas e dados institucionais. Ao todo, foram inicialmente identificados 248 documentos, os quais passaram por leitura exploratória. Dentre esse conjunto, foram

⁵⁴ Rokeach, Crenças, atitudes e valores; Kruger, Psicologia social das crenças.

⁵⁵ Rokeach, Crenças, atitudes e valores; Kruger, Psicologia social das crenças.

⁵⁶ Kruger, Psicologia social das crenças, 4-9.

⁵⁷ Dubois, "A relação de prioridades axiológicas," 14.

selecionados 37 documentos para análise aprofundada neste artigo, com base em sua aderência aos temas investigados, especialmente: *sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, inovação e impacto social*. A seleção ocorreu a partir da identificação de palavras-chave e da pertinência dos conteúdos aos objetivos da pesquisa. A partir da leitura e interpretação desses materiais, buscou-se identificar como tais diretrizes incorporam, ainda que de maneira implícita, valores e crenças que influenciam os processos decisórios no campo científico.

A análise desses documentos oficiais e das práticas institucionais do CNPq permitiu compreender que sua atuação ultrapassa a função tradicional de agência de fomento, configurando-se como um ator central na organização e regulação do campo científico brasileiro. Nesse sentido, o CNPq não apenas financia pesquisas, mas estabelece critérios de avaliação, define prioridades temáticas e orienta agendas de investigação, exercendo influência direta sobre o que é reconhecido como conhecimento legítimo. Essa atuação institucional deve ser compreendida à luz de uma perspectiva que reconhece a ciência como um campo social, permeado por valores, crenças e disputas simbólicas.

A partir da leitura dos 37 documentos institucionais selecionados — como editais, chamadas públicas e diretrizes de avaliação — observa-se que o CNPq mobiliza critérios que, embora apresentados como técnicos, incorporam dimensões normativas, tais como relevância social, impacto, inovação e aderência a determinadas agendas estratégicas. Esses critérios não são neutros, pois refletem visões específicas sobre o papel da ciência na sociedade e sobre quais problemas devem ser priorizados. Consequentemente, o processo avaliativo conduzido pelo CNPq pode ser interpretado como um espaço de tradução institucional de valores e crenças compartilhados pela comunidade científica e pelos formuladores de políticas públicas.

Nesse contexto, a *Teoria Refinada dos Valores Humanos*, proposta por Schwartz, oferece uma chave interpretativa relevante para compreender como tais valores influenciam decisões no âmbito da avaliação científica⁵⁸. Conforme essa abordagem, os valores organizam-se em dimensões como autotranscendência e autopromoção, orientando preferências e julgamentos dos indivíduos. Aplicado ao contexto do CNPq, isso significa que avaliadores e gestores podem priorizar projetos que enfatizam, por exemplo, benefícios sociais amplos (associados à autotranscendência) ou resultados mais voltados à competitividade e desempenho (associados à autopromoção). Dessa forma, as decisões institucionais não são apenas técnicas, mas também expressões de sistemas de valores internalizados.

Esta compreensão do CNPq como um agente normativo que molda a ciência por meio de critérios e classificações dialoga diretamente com o campo dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (STS/CT). Autores como Jasanoff⁵⁹ e

⁵⁸ Schwartz, “Valores humanos básicos,”

⁵⁹ Sheila Jasanoff, *Designs on Nature: Science and Democracy in Europe and the United States* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005), 45.

Wynne⁶⁰ demonstram que as instituições científico-tecnológicas não são meras executoras de políticas neutras, mas "coprodutoras" de ordens sociais e cognitivas, nas quais a validação do conhecimento está intrinsecamente ligada a valores culturais e políticos. No contexto brasileiro, pesquisas recentes de Lima, Velho e Faria⁶¹ e Antunes, Rodrigues e Brandão⁶² têm analisado como as agências de fomento, ao priorizarem métricas de produtividade e internacionalização, favorecem determinados padrões de excelência que podem entrar em tensão com agendas de desenvolvimento nacional e sustentabilidade. A presente investigação alinha-se a essa tradição crítica ao evidenciar que a atuação do CNPq, ao definir "o que conta" como conhecimento legítimo, reflete uma visão de mundo particular e não uma racionalidade científica pura, reforçando a necessidade de uma governança da ciência mais reflexiva e plural.

Complementarmente, as crenças — entendidas como visões de mundo sobre a realidade — desempenham um papel mediador entre valores e decisões. Como indicado no referencial teórico adotado (ver Tópicos 3 e 4), crenças de sustentabilidade correspondem às interpretações que indivíduos e grupos constroem sobre o que significa desenvolvimento sustentável, incluindo suas dimensões econômica, social e ambiental. No âmbito do CNPq, essas crenças influenciam a forma como propostas de pesquisa são avaliadas, especialmente em áreas relacionadas à *sustentabilidade, inovação e desenvolvimento*. Diferentes concepções de sustentabilidade podem levar à valorização de abordagens distintas — desde perspectivas mais tecnocêntricas até visões mais críticas e integradoras.

A articulação entre valores e crenças torna-se particularmente evidente quando se analisa a seleção de projetos e a definição de áreas prioritárias. Ao privilegiar determinadas linhas de pesquisa, o CNPq contribui para a consolidação de certos discursos científicos em detrimento de outros. Esse processo não ocorre de forma explícita, mas encontra-se inscrito nos critérios de avaliação, nos indicadores de desempenho e nas expectativas institucionais que orientam pesquisadores e programas de pesquisa, com ênfase em áreas específicas, especialmente aquelas vinculadas às Engenharias e tematicamente relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Assim, o CNPq atua como um agente que não apenas distribui recursos, mas também estrutura o próprio campo científico, delimitando possibilidades e orientando trajetórias acadêmicas.

Os documentos analisados também revelam forte ênfase em métricas de produtividade e impacto — como publicações em periódicos de alto impacto e visibilidade internacional — associando a excelência científica a padrões

⁶⁰ Brian Wynne, "Misunderstood Misunderstanding: Social Identities and Public Uptake of Science," in *Science as Practice and Culture*, ed. Andrew Pickering (Chicago: University of Chicago Press, 1992), 110-115.

⁶¹ Lima, Velho, e Faria, "Bibliometria e 'avaliação' da atividade científica," 8.

⁶² Antunes, Rodrigues, e Brandão, "Hierarquias acadêmicas na pesquisa em educação," 8.

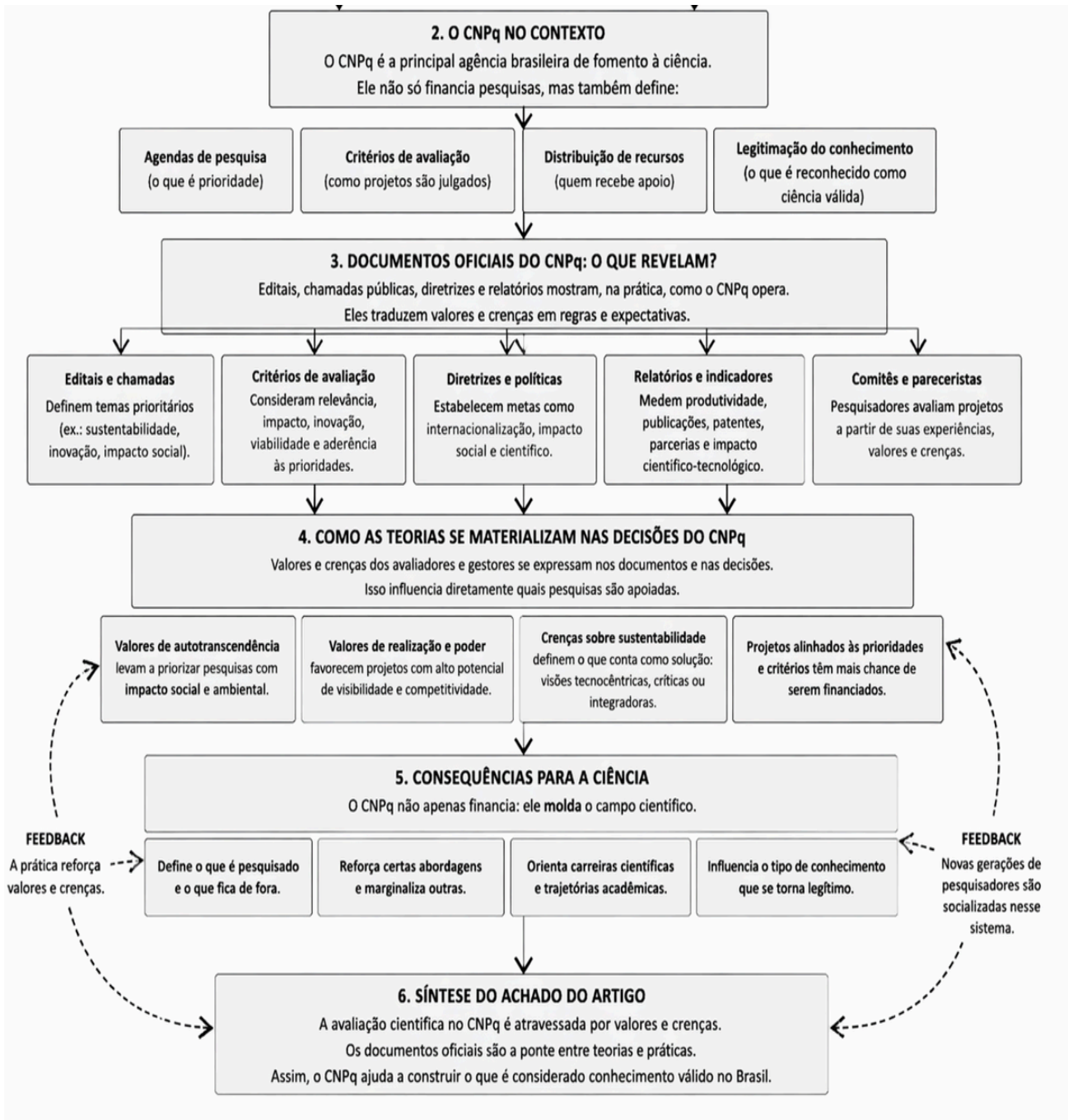
quantitativos específicos. Essa orientação evidencia a valorização de determinados critérios quantitativos, que tendem a favorecer perfis de pesquisa alinhados a tais métricas, em detrimento de outras formas de produção do conhecimento.

Tais padrões, por sua vez, estão alinhados a determinadas concepções de ciência, frequentemente vinculadas à lógica da competitividade e da internacionalização. Essa orientação pode favorecer determinados perfis de pesquisa e de pesquisadores, ao mesmo tempo em que marginaliza abordagens que não se enquadram nesses critérios. Mais uma vez, evidencia-se que a avaliação científica é atravessada por valores e crenças, ainda que estes não sejam explicitamente reconhecidos.

Ao integrar as contribuições teóricas sobre valores humanos e crenças de sustentabilidade com a análise dos documentos do CNPq, torna-se possível compreender a avaliação científica como um processo socialmente situado. Nesse processo, decisões são tomadas com base não apenas em evidências técnicas, mas também em interpretações, prioridades e visões de mundo. Com efeito, o CNPq configura-se, como dissemos, como um espaço institucional no qual essas dimensões se articulam, influenciando diretamente a produção e a validação do conhecimento científico no Brasil. A figura a seguir sintetiza os achados desta pesquisa:

Figura 2 – Achados da pesquisa bibliográfica e documental sobre crenças e valores de sustentabilidade aplicada ao CNPq





Fonte: Elaboração própria.

Conforme ilustrado no fluxograma, observa-se que os documentos oficiais do CNPq operam como um elo entre a dimensão teórica e a prática institucional, traduzindo valores e crenças em critérios, diretrizes e decisões concretas. Esse processo evidencia que a avaliação científica não se limita a aspectos técnicos, mas é influenciada por visões de mundo que orientam a definição de prioridades, a seleção de projetos e a legitimação do conhecimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender de que maneira valores humanos e crenças de sustentabilidade influenciam os processos de avaliação científica no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Partiu-se da premissa de que a avaliação científica não constitui um procedimento estritamente técnico e neutro, mas um processo socialmente situado, permeado por valores, racionalidades institucionais e visões de mundo que orientam a definição do que é reconhecido como conhecimento legítimo. Os resultados obtidos confirmam essa hipótese e evidenciam que tais dimensões não atuam de forma periférica, mas estruturam os próprios mecanismos de validação científica mobilizados pela agência.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa avança ao articular a Teoria Refinada dos Valores Humanos de Schwartz ao conceito de crenças de sustentabilidade, demonstrando que ambos oferecem um instrumental analítico consistente para compreender a dimensão axiológica da governança científica. Nesse sentido, o estudo contribui para ampliar o diálogo entre os debates da sustentabilidade, da psicologia social dos valores e dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (STS/CTS), evidenciando que as políticas de avaliação científica constituem espaços de coprodução entre conhecimento, poder e ordem social, conforme discutido por Jasanoff e Wynne.⁶³

Os achados permitem afirmar que o CNPq opera em uma tensão estrutural entre diferentes racionalidades institucionais. De um lado, seus discursos oficiais, editais temáticos e diretrizes institucionais mobilizam valores associados à autotranscendência, como justiça social, responsabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável. De outro, os mecanismos concretos de avaliação científica permanecem fortemente ancorados em métricas quantitativas de produtividade, internacionalização e impacto bibliométrico, reforçando valores vinculados à autopromoção, competitividade e desempenho individual. Tal contradição revela a coexistência de um ethos discursivo da sustentabilidade com um ethos operacional da performatividade científica.

Essa constatação reforça críticas formuladas no campo dos Estudos Sociais da Ciência acerca da permanência de racionalidades tecnocráticas e produtivistas na governança científica contemporânea. Conforme argumentam Latour, Mirowski e Lacey,⁶⁴ os sistemas de avaliação científica frequentemente naturalizam critérios quantitativos como se fossem neutros e universais, invisibilizando os valores e interesses que sustentam tais mecanismos. No caso do CNPq, observou-se que a centralidade atribuída às métricas de desempenho tende a privilegiar determinados perfis de pesquisa e modelos de excelência científica, frequentemente alinhados à lógica da competitividade internacional e da inovação tecnocêntrica.

⁶³ Jasanoff, *States of Knowledge*, 22–25; Wynne, “Misunderstood Misunderstanding,” 110–115.

⁶⁴ Latour, *Science in Action*, 245–248; Mirowski, *Science-Mart*, 56–61; Lacey, “Os valores do progresso tecnocientífico,” 20–24.

A pesquisa também permitiu demonstrar que os documentos institucionais analisados funcionam como dispositivos normativos que orientam práticas, expectativas e trajetórias acadêmicas. Ao selecionar áreas prioritárias, definir critérios de mérito e estabelecer parâmetros de excelência, o CNPq participa ativamente da construção social das agendas científicas brasileiras. Dessa forma, a agência não apenas financia pesquisas, mas atua como instância reguladora capaz de legitimar determinados conhecimentos, métodos e perspectivas de sustentabilidade em detrimento de outros.

A partir dessas evidências, o estudo propõe algumas possibilidades concretas para o aprimoramento dos processos de avaliação científica orientados por uma perspectiva mais plural e sustentável. Entre elas, destacam-se: a incorporação de critérios qualitativos e contextuais nos editais e formulários de avaliação, valorizando impactos territoriais, relevância social e contribuições para justiça socioambiental; a ampliação do reconhecimento institucional de produtos científicos não bibliométricos, como tecnologias sociais, materiais educativos, bancos de dados abertos e relatórios técnicos; a criação de mecanismos de avaliação interdisciplinar mais adequados às pesquisas em sustentabilidade; e a implementação de processos formativos para consultores e membros de comitês assessores, visando ampliar a reflexividade sobre os valores e pressupostos que influenciam os julgamentos científicos.

Além disso, os resultados sugerem a necessidade de fortalecimento de modelos de governança científica mais participativos e deliberativos, capazes de incorporar diferentes formas de conhecimento e distintos atores sociais nos processos de definição das prioridades científicas. Tal perspectiva aproxima-se das propostas de coprodução democrática da ciência discutidas por Jasanoff,⁶⁵ segundo as quais as decisões sobre ciência e tecnologia devem considerar não apenas critérios técnicos, mas também valores públicos, implicações sociais e disputas éticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

Entre as limitações da pesquisa, destacam-se a utilização exclusiva de análise documental, a ausência de entrevistas com avaliadores e pesquisadores vinculados ao CNPq e o recorte temporal delimitado entre 2020 e 2025. Ademais, não foram exploradas comparativamente as possíveis diferenças entre áreas do conhecimento, aspecto que pode produzir distintas configurações axiológicas e epistemológicas nos processos avaliativos. Tais limitações apontam para a necessidade de estudos futuros de caráter empírico e comparativo, envolvendo entrevistas em profundidade, surveys e análise de atas de comitês assessores, de modo a investigar mais diretamente a relação entre valores individuais, crenças de sustentabilidade e decisões de avaliação científica.

Por conseguinte, este trabalho contribui para o debate crítico sobre ciência, sustentabilidade e políticas de avaliação ao evidenciar que os processos de legitimação científica são atravessados por valores, crenças e racionalidades institucionais frequentemente naturalizados. Reconhecer a dimensão axiológica

⁶⁵ Jasanoff, *Designs on Nature*, 18–22.

da avaliação científica não implica negar a importância do rigor técnico, mas compreender que toda prática científica é socialmente situada e politicamente orientada. Nesse sentido, refletir criticamente sobre os valores que sustentam os mecanismos de avaliação do CNPq constitui passo fundamental para a construção de uma política científica mais plural, reflexiva e comprometida com os desafios sociais e ambientais contemporâneos.⁶⁶

Bibliografia

- Antunes, Ana Luísa, Priscila Andrade Magalhães Rodrigues, e Zaia Brandão. "Hierarquias acadêmicas na pesquisa em educação." *Educação e Pesquisa* 45, e198015 (2019): 1-18. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201945198015>.
- Bonfiglioli, Cristina Pontes. "Sustentabilidade: uma palavra, várias significações." In *Redes digitais e sustentabilidade*, editado por M. Di Felice, J. C. Torres, e L. H. Yanaze, 95-128. São Paulo: Annablume, 2012.
- Brando, José Olavo Smanio, e Lelio Moura Lourenço.. *Uma introdução ao estudo das crenças na psicologia social cognitiva*. Curitiba: CRV, 2021
- Braun, Virginia, and Victoria Clarke. "Using thematic analysis in psychology." *Qualitative Research in Psychology* 3, no. 2 (2006): 77-101.
- Bursztyn, Maria Augusta, e Marcel Bursztyn. *Fundamentos de política e gestão ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond. 2012.
- Calvosa, Maria. V. R. "Valores humanos: contribuições e perspectivas teóricas." In *Psicologia social: principais temas e vertentes*, editado por C. V. Torres e R. Neiva, 297-313. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- Carvalho, Isabel Cristina Moura "Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos." Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- Cellard, André. "A análise documental." In *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, organizado por Jean Poupart et al., 295–316. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- Cieciuch, Ian, e Shalom. H. Schwartz. "The number of distinct basic values and their structure assessed by PVQ-40." *Journal of Personality Assessment* 94, no. 3: 321-328. 2012.
- Clément, Vicent. "Le développement durable: un concept géographique?" ENS LSH; DGESCO, 2004.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- Denzin, Norman K., e Yvonna S. Lincoln. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

⁶⁶ Boaventura de Sousa Santos, Um discurso sobre as ciências, 8. ed. (São Paulo: Cortez, 2018), 45–51; Enrique Leff, Saber ambiental, 31–36.

- Dubois, Ananélia Meireles. “A relação de prioridades axiológicas organizacionais e de crenças de trabalhadores sobre sustentabilidade” Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
- “Durabilité.”. In *Dictionnaire Lalangue Francaise*. 2021
- Fourez, Gérard. *Ciência, técnica e sociedade: o lugar da ética*. In *Ensino de ciências: fundamentos e métodos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.
- Gil, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- Grober, Ulrich. *Deep roots: A conceptual history of 'sustainable development' (Nachhaltigkeit)*. Berlin, 2007.
- Herculano, Selene. “Do desenvolvimento (in)sustentável à sociedade feliz.”. In *Ecologia, ciência e política*, editado por M. Goldenberg, 87-118. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- Jacques, Peter. *Sustentabilidade: o que está em jogo?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.
- Jasanoff, Sheila. *Designs on Nature: Science and Democracy in Europe and the United States*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.
- Jasanoff, Sheila. *States of Knowledge: The Co-Production of Science and Social Order*. London: Routledge, 2004.
- Jégou, Agnès. “Territoires, acteurs, enjeux des dynamiques de durabilité urbaine: le cas de la métropole parisienne.”. Tese de Doutorado, Paris 1 Panthéon-Sorbonne. 2011.
- Kanashiro, Victor. “Por uma sociologia do conhecimento científico da questão ambiental: a produção acadêmica brasileira sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade -- resultados preliminares.” *Plural: Revista de Ciências Sociais USP* 16, no. 1 (2009): 175-188.
- Kruger, Helmut. *Psicologia social das crenças*. Curitiba: CRV, 2018.
- Lacey, Hugh. “Os valores do progresso tecnocientífico e os pressupostos da sua sustentação.” *Revista Dialectus* 9, no. 17 (2020): 15-38.
- Latour, Bruno. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.
- Latour, Bruno, e Steve Woolgar. *Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1986.
- Leff, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade e complexidade*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- Lélé, Sharachchandra “Sustainable development: a critical review.” *World Development* 19, no. 1 (1991): 607-621.
- Lima, Gustavo. C. “O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação.” *Ambiente & Sociedade* 6, no. 2 (2003): 99-119.
- Lima, Ricardo Arcanjo de, Lea Maria Leme Strini Velho, e Leandro Innocentini Lopes de Faria. “Bibliometria e 'avaliação' da atividade científica: um estudo sobre o

- índice h." *Perspectivas em Ciência da Informação* 17, no. 3 (jul./set. 2012): 3-17. <https://doi.org/10.1590/S1413-99362012000300002>.
- Marquardt, Bernd. "Historia de la sustentabilidad: un concepto medioambiental en la historia de la Europa Central (1000-2006)." *História Crítica*, no. 32 (2006): 172-197.
- Meadows, Donella. H., Dennis. L. Meadows, Jørgen Randers, e William W. Behrens III. *The limits to growth: a report for The Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books, 1972.
- Minayo, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- Mirowski, Philip. *Science-Mart: Privatizing American Science*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- Oliveira, Marcio. "Mitos da ciência e da tecnologia: uma reflexão filosófica acerca da educação, ciência, tecnologia e sociedade." *Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia* 16, no. 1 (2023): 345-366.
- Portilho, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2004.
- Redclift, Michael. "Desenvolvimento sustentável (1987-2005): um oxímoro atinge a maioria." Traduzido por Vicente Rosa Alves. *Horizontes Antropológicos* 12, no. 25 (2006): 65-84.
- Rohan, Meg J. "A rose by any name? The values construct." *Personality and Social Psychology Review* 4, no. 3 (2000): 255-277.
- Rokeach, Milton. *Crenças, atitudes e valores*. Rio de Janeiro: Interciência, 1981.
- Rokeach, Milton. *The nature of human values*. New York: Free Press, 1973.
- Ros, Maria. "Psicologia social dos valores: uma perspectiva histórica." In *Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados*, editado por M. Ros e V. V. Gouveia, 23-53. São Paulo: Senac, 2006.
- Santos, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*, 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- Sachs, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- Sachs, Ignacy. *Desenvolvimento: incluindo, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- Sachs, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- Schwartz, Shalom H. "Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos?" In *Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados*, editado por V. V. Gouveia e Meg. Ros, 55-84. São Paulo: Senac, 2006.

- Schwartz, Shalom. H. "Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural." In *Valores e comportamento nas organizações*, editado por Á. Tamayo e J. B. Porto, 160-186. Petrópolis: Vozes, 2005.
- Schwartz, Shalom. H., e Wolfgang Bilsky. "Toward a universal psychological structure of human values." *Journal of Personality and Social Psychology* 53, no. 3 (1987): 550-562.
- Schwartz, Shalom. H., Jan Cieciuch, Michele Vecchione, et al. "Refining the theory of basic individual values." *Journal of Personality and Social Psychology* 103, no. 4 (2012): 663-688.
- UNESCO, *Guidance for Generative AI in Education and Research* (Paris: UNESCO, 2023); Committee on Publication Ethics (COPE), "COPE Position Statement: Authorship and AI Tools," COPE, 2023, <https://publicationethics.org/cope-position-statements/ai-author>
- Wynne, Brian. "Misunderstood Misunderstanding: Social Identities and Public Uptake of Science." In *Science as Practice and Culture*, edited by Andrew Pickering, 95-135. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

REVISTA
INCLUSIONES
M.R.

CUADERNOS DE SOFÍA
EDITORIAL

Las opiniones, análisis y conclusiones del autor son de su responsabilidad y no necesariamente reflejan el pensamiento de Revista Inclusiones.